

# O PROCESSO DE KAFKA: O 'OUTRO PROCESSO PULSIONAL' DAS NORMAS E DA MORAL

**Silvane Maria Marchesini**

*Advogada diplomada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), psicóloga e mestre em Psicanálise, psicanalista clínica e docteur e à Psychologie (2012) pela Université Nice Sophia Antipolis.*

*[...] Eu vigorosamente abordei o elemento negativo de meu tempo, um tempo que me é muito próximo, que não tenho nunca o direito de combater, mas que eu posso até certo ponto representar.*

Kafka anota essa frase depois de ter explicado seu insucesso “em tudo” pela “falta de solo, de ar, de lei”.

**4º caderno in-octavo, 25 de fevereiro [1918], p. 107.**

Kafka, em seu caráter enigmático e opiniático, vigia silenciosamente as areias da *legitimidade do poder*, numa busca incessante e inatingida, de um *ethos* universal racional, ético ou religioso, que viesse recobrir o vazio do *locus de exceção* e amalgamá-lo, definindo a alteridade *endo-exógena identitária*, no âmbito privado e público, sem o risco do “assassínio de sua própria alma”<sup>1</sup>.

Numa mistura extremamente complexa de sentimentos e de ideias, em que domina a nostalgia de um ser, conforme as forças da vida e formando aí uma frágil autonomia e questionável

---

1 Este texto reproduz o conteúdo de palestras proferidas na *III Jornada do Núcleo de Direito e Psicanálise: uma leitura a partir do processo de Kafka*, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 9 de junho de 2006, e em evento dos 150 anos de Freud, *Arte do inconsciente: contribuições do pensamento de Freud à arte e à cultura*, organizado pelo DEPSI e pelo Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Humano, do setor de Psicologia da UFPR, em setembro 2006 (publicado originalmente na *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região*, nº 58).

unidade com seu solo, sua língua, sua lei, Kafka, em verdadeiro artigo de fé que lhe corta o mundo judeu em dois, depara-se constantemente com obstáculos racionais intransponíveis na busca da própria identidade.

A divisão da cultura ídiche, o território indefinido para os expatriados judeus do Oeste, o distanciamento da língua hebraica de outrora, a incoerência da lei, nas suas nuances paternal, patriarcal e estatal, desencadearam em Kafka a culpabilidade e a perseguição, impossibilitando-o de construir um núcleo paradoxal identitário sólido, cuja busca incessante faz sintoma em seu trabalho literário, recalçando a palavra “judeu”.

Angústia profunda da qual ele é a encarnação, em busca viva de um *sistema paradoxal suplementar* que evite a loucura, Kafka experimenta momentos agudos na sua existência, que o deixaram neste *espaço-tempo paradoxal* no qual toda representação se abole.

Da descoberta da cultura ídiche resulta para Kafka a oposição clara entre o judeu do Leste e o Judeu do Ocidente, do qual ele é um tipo acabado. Humilde e orgulhoso, dotado de uma exuberância de vida que não corrompe sua pureza, o judeu do Leste é, na sua vista, tudo o que o judeu do Ocidente perdeu em querendo civilizar-se. O primeiro é notável e verdadeiro, sem buscar, especialmente, a nobreza e a verdade; o segundo é uma criatura mutilada, um inferior psíquico incapaz de viver e mesmo indigno de procriar (Robert, 1979).

A unidade de seu ser, por vezes, foi quebrada por nunca ter conseguido fazer a *síntese* da identidade judaico-tcheca-alemã. Sentindo-se como um impostor que “roubou a criança alemã no berço”, ele não cessou de manter a antinomia entre o Leste e o Ocidente como o fundamento de seu pensamento judeu. Representando-se como o mais típico dos judeus ocidentais, disse não ter um passado, “esta coisa que todo homem recebe gratuitamente em partição”, e buscou adquiri-lo, talvez, como a mais dura necessidade. Abriu seu coração a um judaísmo autêntico, mas as forças vivas de sua origem, ao invés de estimulá-lo, se voltaram contra ele, fazendo-o experimentar um exílio singular.

Sentindo-se, no âmbito público, suprimido da sociedade literária alemã pela sua intransigência e inoportunidade de deso-

ladas questões sem fim em “Meditação”, e, no âmbito privado, sentindo-se não reconhecido e aversivo à “forma de convívio matrimonial”, solicitou que seus escritos fossem queimados após a sua morte, e transformou “a mulher amada” em supremo perigo, renunciando definitivamente ao casamento.

Logo após o término de seu noivado oficial em Berlim, com Felice Bauer, diante de um “tribunal” de ruptura desse enlace, em 14 de junho 1914, Franz Kafka afirmou em cartas íntimas, se sentir “preso como um criminal”, e, paradoxalmente, em renovada força criativa literária, como a que o amor lhe havia dado no início do romance, inicia em agosto do mesmo ano a escrita de “O processo”, em que K., Kafka, vê-se ele mesmo morrer “como um cachorro”.

Numa espécie de atualização inconsciente da palavra ultrajante do pai judeu aos judeus, e da contextualização sociocultural em que o judeu é um cachorro, o cachorro é um judeu, Franz Kafka viveu um *processo transferencial* no qual o escindir do amor/ódio e o absoluto do desejo se isolam de toda pessoa em concreto. Enlaçando duas mulheres ao mesmo tempo, – a noiva, Felice Bauer, e a amiga “amada”, Grete Bloch, que ficou no entremeio do romance –, por ocasião do “tribunal” de dissolução do compromisso de noivado, elas convocaram Kafka a atualizar sua questão judaica do ser desprezado, questão esta jamais resolvida no processo psíquico do tribunal parental.

A identidade entre “O processo” literário e o “Outro processo pulsional” foi bem demonstrada no ensaio intitulado “L'autre procès”, de Elias Canetti, Prêmio Nobel de Literatura, que buscou nas *Cartas a Felice* o registro do efeito convulsivo produzido em Franz Kafka pela libertação do noivado, perante uma corte de justiça pública (Canetti, 1972).

Observa Canetti (1972) que a apreensão do personagem K., vestido com roupa especial, ocorre na sua habitação enquanto ele se encontrava deitado na cama, isto é, no refúgio mais íntimo de qualquer pessoa. A *medida provisória imotivada*, a qual deveria *cumprir em liberdade*, lhe foi anunciada por duas pessoas, diante de um inspetor: “Alguém ... havia caluniado Josef K. ... pois ... ele foi detido sem ter feito mal algum” (Kafka, 2004).

Essa imputação falsa de crime “não tipificado”, seguida de

ordem de apreensão sentida como ilegítima, e, ainda, seguida de autorização a que o herói da narrativa, Josef K., continuasse a circular livremente, coincide com evocação em diário íntimo, em que Franz Kafka, sentindo-se constrangido pelo olhar perturbador e alienante das pessoas, se referiu ao noivado de Berlim com Felice Bauer, dizendo: “[...] amarrado como um criminoso [...] e assim foi meu noivado [...]”.

Importa destacar que a cena de apreensão se realizou no quarto da personagem nomeada Mlle. Bürstner. Seu nome começa com a letra B, como Felice Bauer e como Grete Bloch. Apesar de a prosa sutil kafkiana não narrar a presença de mulher nesse quarto, observa-se que na descrição há uma blusa branca pendurada na janela, símbolo que funciona como um substituto onírico do feminino. Preocupado com a ideia de ter irrompido no quarto de Mlle Bürstner, o herói K. esperou-a e levou-a no seu quarto, onde conversaram, e para consolá-la “[...] agarrou-a, beijou-a na boca e depois no rosto inteiro, como um animal sedento que passa a língua sobre a fonte de água finalmente encontrada”.

Assim, a cena de apreensão no quarto da personagem Mlle Bürstner sugere representar o desejo que Kafka havia tido por Bloch, e a aversão aos noivados penosos com Bauer. A *apreensão imotivada e ilegítima*, a qual o personagem K. cumpriu em liberdade duvidosa, foi, assim, transferida “para o quarto de uma outra mulher”. Tudo se passa em estreita semelhança com a vida real, pois Franz Kafka, além de haver desejado calorosamente Grete Bloch, em cartas íntimas solicitou sua presença na oficialização do compromisso de matrimônio com Felice Bauer. Nessas cartas, pediu, inclusive, que Grete assistisse à cerimônia no *lugar* de seu pai, Hermann Kafka.

Malgrado sua aparente passividade, Kafka tinha consciência de se fazer a si mesmo um processo, pois, em cartas a Grete, ele disse: “[...] Certamente no ‘tribunal’ você era meu juiz [...] mas era somente uma aparência: em realidade, eu estava no seu lugar e nunca o deixei”. Disso se percebe que ele não reconhecia nenhum juiz, nenhum tribunal exterior, pois, após tê-la designado, despoja-a da dignidade julgadora e retoma para si o lugar que ela havia usurpado. Kafka torna-se, assim, seu próprio tribunal apreciador de suas ações cotidianas.

Numa suposta impunidade, a relação mais intensa e agressiva que Franz Kafka havia estabelecido com Grete Bloch se descreveu na suspensa cena noturna no quarto de Mlle Bürstner. Tal satisfação de libido sexual permaneceu em segredo inviolável, sem configurar nexos de causalidade com a traição e a conseqüente sanção, tanto na escrita literária como na demanda no “tribunal” de Berlim.

Observa-se, ainda, que sob o olhar terceiro de bondade de Erna – irmã de Felice, a quem ele se referiu numa carta, afirmando que “E. é gentil comigo; incompreensivelmente ela acredita em mim, embora tenha me visto diante do ‘tribunal’” –, Franz Kafka, envolto nos misteriosos significantes familiares, materializou na última página de “O processo”, justo antes do momento da execução, o último suspiro da fé que confirma a existência do espírito, e redigiu:

[...] Seu olhar incidiu sobre o último andar da casa [...] uma pessoa [...] Quem era? Um amigo? [...] Alguém que queria ajudar? [...] Havia ainda possibilidade de ajuda? [...] A lógica, na verdade, é inabalável, mas ela não resiste a uma pessoa que quer viver. “Onde estava o juiz [...]? Onde estava o alto tribunal [...]?” [...] “Eu tenho algo a falar” (Kafka, 2004).

Ottla, irmã de Franz na vida real, também significou-lhe a expressão do ideal de convívio amoroso e generoso, cujas forças inexauríveis foram propulsoras à sua criatividade. Franz, nos últimos tempos de vida, experienciou os resquícios de tal virtude, na harmonia do ritmo das linguagens e da simplicidade cotidiana do homem do campo, sob os cuidados da irmã mais amada, cujo convívio livre não foi perturbado, como ele disse, “pela violência habitual da confluência” (Canetti, 1972).

Filiamo-nos, então, à tese da maior parte dos exegetas de Kafka, segundo a qual “O processo”, iniciado precisamente em agosto de 1914, tem por fonte biográfica a ruptura do triângulo amoroso. Tanto a cerimônia do noivado oficial com Felice quanto a ruptura pública na “corte de justiça” suscitarão em Franz Kafka transferir o conteúdo emocional desses dois acontecimentos à produção imediata de seu clássico livro: os noivados tornaram-se, assim, a “apreensão”, no primeiro capítulo, e o “tribunal” apresenta-se sob a forma de execução, no último capítulo (Canetti, 1972).

Acrescentamos, ainda, que as causas remotas desse *conflito paradoxal*, expresso em seu discurso, se enraízam nas amarras de sua própria origem judaica e de sua novela familiar, cujas forças transferenciais convocaram Franz Kafka a atualizar inconscientemente sua questão fundamental da metáfora paterna.

Então, escutemos o que flutua! Sempre repetindo dois movimentos ligados e inversos no discurso, Kafka cumpre o incoerente imperativo paterno, levando a injúria tradicional ao antissemitismo à palavra. Franz Kafka, alterando inconscientemente o verbo “danar” em verbo “ser”, se *vinga* e, inversamente, se *pune*, no concreto do destino discursivo: “*Que se dane o judeu! Quem se dana é judeu!*”.

Franz Kafka, em “Carta ao pai”, referindo-se à sua infância, afirmou:

[...] Pode ser que seja o mesmo em todas as lojas de comércio [...] Você [...], eu lhe via gritar, enfurecer-se, desencadear sua raiva com uma violência que, então, acreditava, devia ser sem igual no mundo inteiro [...], você jogava de uma maneira bruta [...] as mercadorias [...], o que obrigava o empregado a apanhá-las.

Ou bem, invariavelmente, dizia em falando de um empregado tuberculoso: “Que ele se dane, então, esse cachorro doente!”.

Seu pai, Hermann Kafka, apesar da língua tcheca na sua origem, não era um tcheco convicto. Educou e nomeou seus filhos em alemão, continuando a manter o nome judeu Kafka, que em tcheco teve que se escrever Ka v ka. Em honra ao imperador François-Joseph, protetor legal dos judeus num império em divisão, chamou seu filho de Franz, o qual se encarna, não sem ironia, nos seus heróis nomeados *Josef*: “*Josef K.*”, “*Joséphine*”.

Podemos perceber desse detalhe que um *conflito transgeracional* – alusivo a um “fantasma de abandono” gerador de fobia na raça judaica – e, também, um *conflito histórico pessoal* – com o pai interditor –, no ato de transmissão do nome, consagraram Franz Kafka a ficar clandestino “como um órfão” no “pequeno” K., e nas figuras híbridas viventes ou inanimadas que povoam todos os seus escritos. Entretanto, em testemunhando na sua produção literária a diáspora de seu tempo e sua dolorosa eco-

nomia familiar, Franz esforçou-se incessantemente a instruir seu próprio processo edipiano de norma e de moral.

A incerteza, por vezes tocando o limite do seu eu com a realidade do mundo, fez Franz Kafka sentir-se um judeu anti-judeu. Esse crime de traição moral à origem parental, no qual dissimulava sua identidade, marcou-lhe uma falta indelével – a primeira, talvez, que o condenou antes mesmo que o processo do inocente K. fosse julgado.

Kafka na vida adulta, em sua feroz inteligência, transpôs à literatura o questionamento mais profundo do ser, que, para ser humano, habitará esse lugar paradoxal originário da representação do *significante primeiro*, do *Ka f Ka*, do iídiche ao tcheco-alemão, do viver-e-morrer, da alteridade de gerações e de sexos.

Em cartas íntimas, numa espécie de “paralisia da alma” (Cannetti, 1972), ele escreveu sua angústia sob forma de indecisão, medo, frieza de sentimento, demonstração minuciosa de insuficiência de amor, hipocondria e melancolia, e apresentou os fundamentos da sentença imutável de sujeição à sua falta de lei.

Em consequência de educação sustentada numa crença sem alma e do oportunismo como qualidade necessária, Franz Kafka foi pego entre duas necessidades totalmente contrárias: uma, decorrente da língua, que o engajou inteiramente numa esfera de cultura estrangeira alemã; a outra, imposta pelos seus pais, judeus ocidentais, que o levou incessantemente para trás, para uma língua iídiche e forma de vida da qual ele não via mais que alguns restos mal-conservados do judaísmo. Assim, segundo o próprio Franz, é que nasceu seu “infinito” sentimento de culpabilidade (Robert, 1979).

Desdenhado o iídiche, língua desenvolvida pelos judeus do Ocidente, assim como o longínquo hebraico, ambos totalmente banidos na educação das famílias judaicas, Franz Kafka se tornou herdeiro desse desprezo e ambicionou tornar-se um escritor de língua alemã.

Culpado por sua hipócrita discrição para com os *outros* não judeus, ele pecou, ainda contrariamente, traíndo o judaísmo parental não confessado. Como bem afirma Marthe Robert (1979):

Essa dupla falta é a fonte direta da culpabilidade sem delito que conduz Joseph K. a uma destruição sem julgamento: tanto irrefutável interiormente que não provada exteriormente, ela funciona toda sozinha e acarreta, automaticamente, sua sanção, segundo um mecanismo sobre o qual os argumentos do Direito não têm maior efeito do que aqueles da razão.

Entendemos, então, que o processo do personagem *Josef K.* seria simplificado se *Franz Kafka* tivesse feito a escolha pessoal entre “quero *assimilar* totalmente o judaísmo paterno em *Mim*” e “quero *excluí-lo de Mim* como *retorno* ancestral incondicional”. Mas esse *fechamento inconsciente* que lhe permitisse uma *repetição diferencial criativa* ele não o fez, pelo que mostra, precisamente, em assumindo um estilo entrópico e hesitante entre várias possibilidades sem solução e em povoando sua obra com múltiplas entidades sem identidade definida.

Permanecendo nele, em aberto, a *proposição primeira supe-regoica* suscetível a estabelecer *limites éticos*, Franz manteve-se com sentimentos conflitados e ambivalentes em relação à *supremacia* do eu e do outro, situando-se no ponto a ser interdito entre o “gozo absoluto” do bem supremo e a “lei”, ou seja, entre a autonomia da liberdade individual e a heteronomia aos modelos ideais impostos.

Sua arte na busca de legitimação da lei se manifestou, num eu duplicado e combatente, na mais obstinada luta contra um poder superior, impregnada pelo *medo* desmesurado da coerção, que tivesse como única função o castigo. Manifestou-se na mais alucinada paixão pela lei, que, por esse mesmo fator, só alcançaria o “lugar” da “não-lei”.

Distanciando-se de um funcionamento que lhe permitisse tomar uma decisão no campo *real*, seu conflito entre amor e ódio, completude e incompletude, submissão e comando, permaneceu no campo *imaginário* contra o poder, como se “quem manda fazer” lhe estivesse colado à própria pele, ameaçando sua autonomia. Como efeito, por falta de adesão *inconsciente* a um “pacto fundador de reconhecimento da diferença de lugares” subjetivos na história da alteridade dos sexos e das gerações, a relação de Franz Kafka com a autoridade faz sintoma, deslocando-se no campo simbólico.

Lembramos que é a partir de um *ponto de negatividade* alusi-



vo à primeira subtração do gozo-todo que o sujeito perde uma parcela do anseio ideal universal de unidade e segurança do estado pré-natal com a mãe, aderindo ao pacto de alteridade referido ao pai, e acede, conseqüentemente, à possibilidade de palavra dicotomizada entre si e os objetos do mundo, e organiza o “eu”.

Portanto, quando o sujeito realiza no *real* a excisão com o objeto supremo, e acede a dicotomia entre bem e mal, amor e ódio, mesmidade e alteridade, *assimilando* em espécie de síntese uma *representação terceira transcendente* a recobrir essa perda inicial da idealização de completude, ou seja, a recobrir essa falta que o separa e o constitui, é que ele pode falar a partir do lugar de origem pactuado  $S_1$ , distinguindo-se da cadeia dos significantes *originados*, designada pelo lugar discursivo ocupado pelo significante  $S_2$ .

No ato *real* da decisão, em “consentir numa perda” de parcelas alusivas a elementos paradoxais interagentes, é que se estabelece um *ethos* hierarquizante e singularizante, a vir recobrir o vazio do locus de exceção entre o sujeito e o outro. Metáfora paterna, que gera uma espécie de *acoplamento estruturante* constitutivo de subjetividade não coalescente, e faz funcionar o “jogo de substituição significativa”.

Portanto, o exercício de toda autoridade do poder se funda neste campo *inconsciente* por adesão ao pacto, significante  $S_1$ , que opera a Lei do Nome do Pai, via castração, e estabelece os distintos lugares nas *posições discursivas subjetivas*.

Lembramos, ainda, com Lacan, que “a lei e o desejo recalcado são uma única e mesma coisa”. A lei pactuada interdita o conflito entre a exaltação de desejar e o medo de desaparecer nas chamadas do desejo e nas forças da própria potência destrutiva, o que tem como efeito o aparecimento da agressividade. Nesse processo de *recalcamento*, pela força dos interditos, incorporam-se os pais como objeto de identificação e define-se a própria identidade sexual no discurso.

Observemos que o conflito originante da lei de interdição do incesto não se situa entre a lei e o desejo incestuoso, mas entre a lei e o anterior gozo *absoluto* intencionado.

A lei *proíbe* o incesto e também determina o modo de *repetição* de gozo limitado no curso da existência, salvaguardando a

integridade do “eu” do perigo de estilhaçamento, caso acesse ao gozo trágico do incesto (Nasio, 2001).

Lembramos, aqui, que a fundação do direito nos primórdios da espécie surgiu de um longo e complexo “sistema paradoxal” de “gozo ilimitado e interdições”, elaborando-se a lei da proibição do incesto, do parricídio e o estabelecimento da propriedade e do patrimônio.

A questão que neste ponto nos colocamos é: “de que lugar” o sujeito Franz Kafka agencia o seu discurso? Fala ele do lugar subjetivo, da autoridade sustentada no campo *real* da origem  $S_1$ , donde se comanda? Ou fala do lugar subjetivo da subjugação, sustentado nos significantes originados  $S_2$ , donde se é comandado?

Parece-nos que, por algum fracasso na decisão da *cisão* dessas representações, em tempo arcaico do pacto originário *superegoico*, Kafka agencia seu discurso, predominantemente, a partir de uma *posição de subjugação*, de modo *imaginário* e rebelde em relação ao poder. Por vezes, não mantém um distanciamento ao referencial originário de autoridade  $S_1$ , e passa a agenciar seu discurso “como que” ocupando os dois lugares discursivos simultaneamente.

Sempre em dúvida e sem convicção sobre um representante *único* ou *lógico transcendental* a poder ocupar, com seu aceite, esse “lugar lógico de traço diferencial de exceção” que legitima a autoridade, Kafka reatualiza em toda sua escrita íntima e obra o predomínio de tal fragmentação, sancionando-se ser o autor solitário de sua própria existência.

Franz, sempre adiando seu julgamento sobre a *desidealização* do bem, e sobre qual *referencial terceiro*, patriarcal e paternal, que deveria assimilar para incluir na sua *lógica constitutiva subjetiva* e estabelecer a alteridade mãe / filho, permaneceu, digamos assim, preso na catraca da lei, como um pequeno K., sem poder adentrá-la e dela *ver* a dicotomia entre o  $Ka$  v  $ka$ . Viveu uma espécie de sonho de conjunção radical, horizontal e imanente, sem operacionalizar um fechamento para seu *sistema paradoxal* normativo de unidade pessoal.

Na passagem do estado de contingência ao estado normativo universalizante de valorativas superegoicas, o pequeno

Franz não encontrou uma *unidade diferencial* entre a *diferença* e a *repetição* para se decidir e singularizar sua identidade Ka f Ka. Não encontrou um outro ponto estático de segurança e paz que fosse distinto de seu sentimento de violência da sanção. Distanciando-se dos valores consagrados no passado dos judeus do Leste, não encontrou um critério interpretativo para a imperatividade de sua condição ocidental e excluída do casal parental, permanecendo na expectativa da expectativa de altíssimos ideais.

Nesse “outro processo pulsional” superegoico, “pré-edipiano” e “edipiano”, constitutivo da *identificação subjetiva*, é possível investigar a potência subjetiva da norma e da moral. Trata-se de um *sistema paradoxal de instâncias normativas*, denominadas “Ego Ideal” e “Ideal do Ego” / “Superego”: tempos nos quais se organizam as tensões alusivas à autonomia do narcisismo onipotente; e as tensões alusivas à heteronomia de submissão a *autoridade* hierárquica e ao *modelo* das expectativas dos outros, interiorizadas. Esses aspectos *não* complementares e contraditórios de “Ideal” e de “Imperativo” empenham seus esforços em *recalcar* o complexo edípico, mediante uma solução entre o modelo e a lei, num devir a ser atingido.

A *resolução da contradição* entre autonomia e heteronomia de submissão moral à autoridade do poder, e ao modelo a ser seguido, depende de uma *solução de compromisso*, na qual se desdobrem as disjunções que se tornaram conjunções, – “você *deve* ser como o pai” / “você *não deve* ser como o pai” – para encontrar por *ultrapassagem*, em outro tempo e lugar, um *ponto de unidade ético* mais satisfatório, formando uma *sedimentação das identificações edípicas*: “Ser como o pai, e ter *outra* mulher, *mais tarde*”.

O “superego” é uma instância paradoxal na qual as proposições, por vezes, se justapõem, levando a imperativos impossíveis. Na neurose, a culpa está presente na ordem e na contraordem. Na melancolia, o absoluto da culpa, também, é impossível ser resolvido por uma *delimitação* do proibido e do permitido, pois o *conflito* permanece aquém da lei. Em casos extremos, o “superego” coloca o racional a serviço do processo primário. Ele parece conclamar: “De qualquer jeito você é culpado”.

A educação tem influência na formação desse sistema *para-*

*doxal* “superegoico”, que funciona na interação de elementos: por um lado, a violência das próprias pulsões, e, por outro, a força dos interditos sociofamiliares.

Retomando, a articulação entre “O processo” literário kafkiano e “O outro processo pulsional” das normas e da moral, concluímos, que – sem a pretensão de esgotar a pesquisa –, para o sujeito alcançar a capacidade de tomar as próprias decisões, é preciso que ocorra um ritual de *fechamento* do *superego* edípiano.

Franz Kafka em sua posição discursiva subjetiva demonstra, assim, não ter firmado, tempestivamente, um *real* pacto dual / triádico entre as tensões alusivas à autonomia de integridade narcísica e a heteronomia de autoridade e modelos impostos, que lhe estabelecesse um *mínimo hierárquico* entre duas proposições imperativas, não complementares, interagentes que formam um sistema paradoxal de contraditivas: o imperativo dos interditos superegoicos e a idealização das injunções do modelo egoico, a permitir contratar o futuro.

Permaneceu na eterna e inviável pretensão de controlar o espaço-tempo do porvir sem assimilar em tempo hábil um *significante primeiro* capaz de organizar um clichê para imprimir o texto a ser escrito de sua vida, e possibilitar-lhe “evitar” e “recusar” a total angústia do “vazio” do “espaço tempo de exceção” fundante de si. Permaneceu a seu modo, por um lado, colado ao ideal de onipotência materna, sem estabelecer uma dialética ambivalente a ser obtida por clivagem do objeto, e, por outro, sem consentir a função paterna como significante uno terciário de referência a funcionar como acoplamento estruturante entre a dicotomia do proibido / permitido no mundo externo e nos interditos sociais.

Temeroso de uma coalescência, tal como um menino, desmedrava a olhos vistos, não podendo assumir o modelo parental e responsabilizar-se pela própria agressividade em ato. A imensidão de sua inteligência lhe recolocava a questão estrutural do afeto: “Como vir a ser um pai menos violento, se sou tomado pela minha própria energia pulsional não ligada ao amor, amor que ainda receio perder?”

Seu sistema paradoxal manifesto no discurso denuncia lon-

go período de ideal como defesa diante da impossibilidade de identificar um rei clandestino confiável a arbitrar a graça.

Questionamo-nos, ainda, que representação sustentou a capacidade de julgamento singular excessivamente crítica de Kafka.

Parece-nos que, buscando delimitar-se para evitar uma radial passagem ao ato, Kafka se inventou, extemporaneamente, e num duro combate, um *sistema paradoxal vicariante*, ou seja, uma saída substitutiva à sua situação paradoxal, que aparece como sintoma através de simbolização.

Apontou, assim, com sua rara inteligência e profundo sofrimento emocional, para os desafios do mundo atual, que ao contestar o modelo hierárquico vertical tradicional caminha na via da deslegitimação do poder.

O poder para Franz se achava contestado e incontestado, sem um *padrão* diferencial definido sobre as nuances do “Livro das leis”, para simbolizar as disjunções judaico-alemãs com apoio no social de seu tempo, e redeterminá-las. Contestado, pois sua ideologia dominante recusava outorgar o poder ao pai judeu desprezante-desprezado e agressivo, o qual não correspondia ao “Vater”, determinante do prumo da pátria germânica; e incontestado, pois não conseguia identificar a diferença simbólica dos lugares de pai e de filho “judeu-não judeu” em relação à mãe. Mãe judaica-alemã que, também, em sua ambiguidade, era sentida como mãe judia a qual não correspondia à “Mutter” que lhe transmitira a língua alemã.

Como na dupla injunção paradoxal, em que Abraão é convidado a colocar seu filho à morte e a não fazê-lo, Kafka se vê num paradoxo originário; porém, há fortes indícios de que não cumpriu o holocausto. Não se permitiu *perder* “uma parte do todo” prometido para que a promessa se cumprisse.

Não pôde assimilar o único traço que distinguia o judeu do não judeu, que era a adaptabilidade dos judeus do Oeste à cultura europeia. Disto resultou para Franz cumprir a sanção de permanecer sempre na dúvida dissociada entre a culpa pela traição dissimulada à origem judaica e a humilhação decorrente da coerção ao judaísmo parental.

Quando não bastava a confrontação ao poder superior, Franz, para ter fôlego, tentava *desapare-ser*, ou seja, *ser-na-inação*, no duplo movimento paradoxal do *se punir* e *se vingar*.

O personagem do processo, K., manifestando tal clivagem, mantém sempre duas atitudes contraditórias, configuradas em paranoia e em delírios de observação. Negando a realidade, sempre por identificação especular imaginária, Kafka por meio de seu personagem *Josef K.* descreveu com perfeição a dinâmica esquizoide: paralisava-se e impedia-se de decidir eticamente entre o recalcar ou o remeter para mais tarde a realização de sua interdição.

Numa posição maníaco-depressiva, na qual o conflito patogênico surge entre o eu e o supereu, perpetrando o crime edípico a intervalos no plano psíquico, como nos rituais totêmicos primitivos, Kafka manteve uma espécie de relação com o objeto completo.

Segundo Mélanie Klein, em 1957, o evitamento à *perda* desse ideal de completude denuncia que ela pode ser sentida como uma *perda total* da própria subjetividade. E afirma:

Os excessivos processos de cisão fazem parte integrante de graves traços paranoides e esquizoides que podem ser a base da esquizofrenia. Somente o ego mais integrado torna-se capaz de vivenciar culpa e sentimentos de responsabilidade, os quais fora incapaz de enfrentar na infância; a síntese do objeto se faz, havendo, portanto uma mitigação do ódio pelo amor, e a voracidade e a inveja, corolários dos impulsos destrutivos, perdem em poder. (Klein, 1991)

Klein afirma, ainda, no texto intitulado “Inveja e gratidão”, que “a inveja primária está na gênese da culpa”, e que na posição “maníaco-depressiva a frustração foi excessiva e a indulgência surge em demasia” (Klein, 1991).

Para Charles Melman, a possível existência de dois quadros clínicos tão contrastantes, maníaco-depressiva, traduz “uma dissociação específica entre a economia do desejo e do gozo”. Explicando, cita o exemplo daqueles que, “depois da imigração e mudança de língua de seus pais, possuem um inconsciente ‘feito’ em uma língua, que seria estrangeira para os pais”. Nessa língua de adoção, “o desejo não está ligado a um interdito *simbólico*, inscrito no inconsciente, mas apenas a uma distância

*imaginária* do sujeito, tanto de seu ideal como de seu objeto, portanto, suscetível de ser abolido para realizar o ‘crime’ edípico”. Em tais casos, de uma certa relação com o “Nome do pai”, mesmo quando os pais mantêm entre si uma correta relação com a lei simbólica, pode surgir a melancolia, com ausência de alucinações, sem construções delirantes ou distúrbios especificamente psicóticos da linguagem (Chemana e Vandermersh, 2007).

Lembramos, então, que nem toda criança é um Édipo em gérmen, capaz de se julgar, de instruir seu próprio processo e de se ver incestuoso e parricida sem se matar nem se tornar louco. Nem todos desenvolvem um sistema paradoxal autorreflexivo, que lhe permita diafragmar vezes sobre o “eu” e vezes sobre o “supereu”, sem perder sua consistência e decidir-se pela própria execução.

Portanto, se interpretarmos, a partir da “escansão significativa”, os sentimentos melancólicos de Kafka, expressos nos escritos íntimos e no seu discurso literário, parece só ter restado um destino a *Ka fka*: morrer como o “empregado do pai”.

A quem a palavra era dirigida à época de sua infância? Ao empregado da loja? Ao judeu-cachorro? Ao menino *Ka v ka* judeu-tcheco-alemão, do leste ou do oeste? Ao próprio pai comerciante na época confusa da Primeira Guerra Mundial, do desmoronamento da Áustria-Hungria, do nascimento da República Tcheca, e da recrudescência das agitações antissemitas em Praga?

Falha no processo de *recalcamento* que não dotou o “superego” de um fechamento em tempo hábil, a resolução das identificações?

Sim! Essa síntese *singular* dialética não se concluiu. Restou a Kafka a doença da palavra e da ingratidão. Restou, do todo de suas vivências, a mesma ironia que lhe era peculiar. Restou-lhe só permanecer como uma criatura mutilada, presa à palavra ultrajante do pai: morrer como um cachorro doente! Tuberculoso! Sem solo, sem língua, sem lei.

Kafka deixou-nos em sua arte *do que é pequeno* o amplo questionamento sobre as areias da legitimidade do poder: a busca incessante de um *ethos* que venha produzir o cimento

estético capaz de recobrir o vazio do *locus de exceção* e amalgamá-lo definindo a alteridade *endo-exógena identitária* no âmbito singular. Também, a busca incessante de um *ethos* que venha produzir, no vazio entre a “pré-história da espécie” e do “indivíduo”, um renovado *pater* coletivo menos violento, personificando o *pacto dever-seres* no contrato social e jurídico, sem o risco do “assassínio de nossas próprias almas”.

Resta-nos, então, a responsabilização na construção de um *prumo* a determinar a linha vertical e a profundidade das águas em que se encontra a embarcação civilizatória. Articulação discursiva em coerentes ritmos de linguagens que levem à fé convicta no amor e a sadias identificações pactuadas entre dois cajados: benignidade e liame.

Finalizo essas preliminares reflexões sobre Franz Kafka com referência ao livro *crítico* do “profeta hebraico da justiça”:

A visão do gafanhoto, do fogo e do prumo”. Tendo eles comido de toda a erva da terra, disse eu: “Senhor Deus, perdoa, rogo-te; como subsistirá Jacó? Pois ele é pequeno.” [...] (Amós 7,2)

[...] O Senhor me disse: “Que vês tu, Amós?” Respondi: “Um prumo.” Então, me disse o Senhor: “Eis que eu porei o prumo no meio do meu povo de Israel; e jamais passarei por ele.” (Amós 7,8)

#### BIBLIOGRAFIA

CANETTI, Elias. *L'autre procès* : lettres de Kafka à Felice. Essai traduit de l'allemand par Lidy Jumel, nrf, Gallimard, 1972.

CHEMAMA, Roland, e VANDERMERSCH, Bernard. *Dictionnaire de la Psychanalyse*. Paris: Larousse, 2007.

KAFKA, Franz. *Le procès*. Paris: Librairie Générale Française, 2009.

KAFKA, Franz. *O processo*. Tradução e posfácio Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

KLEIN, Mélanie. *Envie et gratitude et autres essais*. Traduit de l'anglais par Victor Smirnoff avec la collaboration de S. Aghion et de Marguerite Derrida. Nrf, Gallimard, 1968, pour la traduction française.

KLEIN, Mélanie. Inveja e gratidão e outros trabalhos (1946-1963). *As Obras Completas*



de **Melanie Klein**, vol. 3. Tradução da 4. ed. inglesa por Elias Mallet da Rocha Barros, Liana Pinto Chaves (coordenadores e colaboradores). Rio de Janeiro: Imago, 1991.

LACAN, Jacques. L'instance de la lettre dans l'inconscient ou la raison depuis Freud. In : **Écrits I** (p. 490-526). Paris: Éditions du Seuil, 1999.

LACAN, Jacques. La métaphore du sujet (1961). In : **Écrits II**. Appendice II (p. 359-363). Paris: Éditions du Seuil, 1999.

LACAN, Jacques. **Le séminaire**: Livre XVII. L'envers de la psychanalyse. (1969-1970). Paris: Éditions du Seuil, mars 1991.

LEBRUN, Jean Pierre. **Autorité, pouvoir et décision dans l'institution**. Institut Européen Psychanalyse et Travail Social. n. de déclaration: 91.34.04490.3. Belgique, 2004. Disponible sur : <<http://www.psychasoc.com/Textes/Autorite-Pouvoir-et-Decision-dans-l-institution>>.

LEBRUN, Jean Pierre. **Un monde sans limite**. Essai pour une clinique psychanalytique du social. Toulouse: Éditions Erès, 1997.

MARCUSE, Herbert. La notion de progrès à la lumière de la psychanalyse (1968). **Culture et Société**. Paris : Les Éditions de Minuit. 1970.

NASIO, Juan David. **Enseignement de 7 concepts cruciaux de la psychanalyse**. Paris: Éditions Payot & Rivages, 2001.

NASIO, Juan David. **L'œdipe**. Le concept le plus crucial de la psychanalyse. Paris: Éditions Payot & Rivages, 2005.

RÉFABERT, Philippe. **De Freud à Kafka**. Paris: Calmann-Lévy, 2001.

ROBERT, Marthe. **Seul, comme Franz Kafka**. Paris: Calmann-Lévy, 1979.

SILHOL, Robert. Psychanalyse & Littérature. In: KAUFMANN, Pierre (Ed.). **L'apport freudien éléments pour une encyclopédie de la psychanalyse**. Paris: Larousse, 1998.